



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA

PORTARIA Nº 226/2020

Designa os empregados Francisco das Chagas Gomes, matrícula nº 167, e Antonio Jorge de Lima, matrícula nº 200, como fiscal e suplente de fiscal, respectivamente, do Contrato nº 138/2020, firmado entre o Confea e a empresa Lavanderia Cristal Serviços Expressos Eireli - ME., Processo nº 01984/2020

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CONFEA), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento do Confea, aprovado pela Resolução nº 1.015, de 30 de junho de 2006,

CONSIDERANDO o disposto no art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal, instituindo as normas para licitações e contratos da Administração Pública, e dá outras providências:

*“Art. 67. A execução do contrato deverá ser **acompanhada e fiscalizada** por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para **assisti-lo e subsidiá-lo** de informações pertinentes a essa atribuição.*

*§ 1º O representante da Administração **anotará em registro próprio** todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.*

*§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a **seus superiores em tempo hábil** para a adoção das medidas convenientes. (grifos nossos)*

CONSIDERANDO o art. 69 da Portaria AD nº 0364, de 28 de agosto de 2015, que trata da estrutura organizacional do Confea, e define que o Setor de Aquisições e Contratos – SETAC, acompanhará e orientará a fiscalização dos contratos do Confea, conforme legislação vigente;

CONSIDERANDO o inciso X, do art. 70, da Portaria AD nº 0364, de 2015, que estabelece:

“Art. 70. O Setor de Aquisições e Contratos possui as seguintes atribuições:

(...)

X – orientar os gestores quanto à execução, acompanhamento/fiscalização e prazos contratuais; e”

Considerando o inciso VII, do art. 71 da Portaria AD nº 0364, de 2015 do Confea, que estabelece:

“Art. São atribuições comuns às unidades organizacionais do Confea:

(...)

VII – Fiscalizar a execução dos contratos administrativos firmados pelo Confea referente à sua área de atuação, com o apoio do Setor de Aquisições e Contratos – SETAC.

CONSIDERANDO o Contrato nº 138/2020, firmado entre o Confea e a empresa **Lavanderia Cristal Serviços Expressos Eireli - ME.**, com o valor de **R\$ 4.257,50 (quatro mil duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)**, para a prestação de serviços de lavanderia, com coleta e entrega de peças, sob demanda, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 17 de julho de 2020, conforme as especificações e condições constantes no Projeto Básico GIE nº 5/2020 e na proposta da CONTRATADA;

CONSIDERANDO a indicação dos empregados Francisco das Chagas Gomes, matrícula nº 167, e Antônio Jorge de Lima, matrícula nº 200, para desempenhar a função de fiscal e suplente de fiscal, respectivamente, do Contrato nº 138/2020 até o encerramento das obrigações contratuais por ele geradas,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o empregado Francisco das Chagas Gomes, matrícula nº 167, para desempenhar a função de fiscal do Contrato nº 138/2020 até o encerramento das obrigações contratuais por ele geradas.

Art. 2º Designar o empregado Antônio Jorge de Lima, matrícula nº 200, para desempenhar a função de suplente de fiscal do Contrato nº 138/2020, devendo assumir as funções de fiscal, durante a ausência do titular.

Art. 3º Determinar que o fiscal informe ao SETAC, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias que antecedem o encerramento do contrato, sobre a sua execução.

Art. 4º Determinar que o fiscal, após o encerramento das obrigações contratuais, encaminhe o Processo nº 01984/2020 ao SETAC, acompanhado de relatório final sobre a execução do contrato, para atualização da base de dados dos contratos vigentes com este Confea.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Dê-se ciência e cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **João de Carvalho Leite Neto, Chefe da Subprocuradoria Consultiva**, em 30/06/2020, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Osmar Barros Júnior, Vice-Presidente no Exercício da Presidência**, em 01/07/2020, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.confea.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0348945** e o código CRC **70B0D303**.